



ORIENTE MÉDIO / Reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas termina sem avanço em relação à escalada de violência. Netanyahu promete “força total” contra o Hamas. Ataques israelenses matam 42 palestinos. EUA exigem o fim imediato das hostilidades

Entrave diplomático

» RODRIGO CRAVEIRO

No dia mais sangrento desde o início da escalada de violência no Oriente Médio, em 9 de maio, o som das bombas se impôs à diplomacia. Pouco antes do nascer do sol, aviões de Israel dispararam vários mísseis contra casas da Rua Al-Wehda, no bairro de Al-Rimal, no centro da Cidade de Gaza. A operação, que visava a residência de Yehya Al-Sinwar, um dos líderes do movimento islâmico Hamas, deixou 42 mortos, entre eles oito crianças e dois médicos. Durante a madrugada de hoje, mais de 100 bombardeios voltaram a atingir a Faixa de Gaza. Um número recorde de 3.100 foguetes foram lançados da Faixa de Gaza em direção ao sul e ao centro de Israel. As cidades de Ashkelon e de Ashdod, próximas à fronteira com Gaza, foram alvos de impactos diretos dos artefatos, sem registro de feridos. Em Ashkelon, um foguete caiu sobre uma sinagoga, enquanto dois destruíram cinco carros e uma casa. Apesar da mancha e da ameaça a civis, uma reunião do Conselho de Segurança da ONU terminou com troca de acusações e sem uma condenação unânime.

“Este ciclo insensato de derramamento de sangue, de terror, de destruição, deve cessar imediatamente”, advertiu o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, ao abrir a sessão de emergência. Ele alertou sobre o perigo de uma “crise incontrolável” no Oriente Médio. O secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, conversou com aliados do Catar e do Egito e também exigiu que a violência pare imediatamente.

Israel declarou que o Hamas “premeditou” a guerra e assegurou que o grupo pretende “tomar o poder na Cisjordânia”. “O Hamas optou por acelerar as tensões, usando-as como pretexto, para iniciar a guerra”, disse Gilad Erdan, embaixador israelense nos EUA e na ONU. O chanceler palestino, Riyad Al-Maliki, denunciou “a agressão” de Israel contra “o povo palestino”. “Alguns não querem usar essas palavras — crimes de guerra e crimes contra a humanidade — mas sabem que é a verdade”, disse o ministro.

Premiê

Em pronunciamento à nação, na tarde de ontem, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, afirmou

Mahmud Hams/AFP



Paramédicos socorrem criança retirada dos escombros de prédio destruído por míssil, no bairro de Al-Rimal, na Cidade de Gaza

Jack Guez/AFP



Em Ashkelon, soldados israelenses inspecionam local de impacto de foguete do Hamas

que “a campanha contra organizações terroristas continua com força total”. “Estamos cobrando preços muito altos do Hamas por sua agressão intolerável. As Forças de Defesa de Israel (IDF) atacaram mais de 1.500 alvos nos últimos dias. (...) O que o Hamas deseja alcançar, em primeiro lugar, é o maior número possível de israelenses mortos. O que eu gostaria de alcançar é, antes de tudo,

salvar suas vidas”, disse. Ele reiterou que o prédio pulverizado por mísseis — que abrigava escritórios da rede de TV Al-Jazeera e da agência de notícias Associated Press, na Cidade de Gaza — era um “alvo perfeitamente legítimo”.

Até o fechamento desta edição, os bombardeios em Gaza tinham matado 209 palestinos, incluindo 56 crianças. Pelo menos 5.687 ficaram feridos e 17

mil fugiram de suas casas. Do lado israelense, 10 pessoas morreram em ataques do Hamas, entre elas uma criança, e 282 foram feridas. A Cruz Vermelha Internacional condenou o “conflito de intensidade sem precedentes”.

“Eu não tenho medo de morrer. Meu receio é de perder um parente ou um amigo”, desabafou ao **Correio** a jornalista palestina Maha Hussaini, 29 anos, que mora na parte oeste da Cidade de Gaza. “A situação tem piorado a cada hora. Bairros inteiros estão sendo arrasados. Israel atinge civis, e as pessoas não têm para onde ir sob intensos bombardeios”, relatou. Segundo Maha, não há como se proteger em Gaza. “Nós arrumamos as malas para fugirmos tão logo nossa casa esteja sob risco de bombardeio.”

Do outro lado da fronteira, de férias na casa da mãe, em Ashdod (sul), a estudante israelense Roni Ben Zikry, 27, contou à reportagem que as sirenes antiaéreas têm soado cinco ou seis vezes por dia. “Quando isso ocorre, nós temos que correr até um abrigo ou um lugar seguro. Nesse momento, escutamos explosões”, comentou. “Para nós, israelenses, esta é uma situação impossível. Temos que interromper a nossa rotina. Muitos de nós não podemos trabalhar, nossos filhos não vão à escola, as crianças sofrem com ansiedade.”

ARTIGO

Arquivo pessoal



“Nós temos o direito à autodefesa”

» DAVID ATAR

Tivemos uma chuva de foguetes contra Israel nos últimos sete dias. É algo sem precedentes. O país está paralisado, e 80% da população está sob ataque. A fim de parar isso, Israel tem o direito de se defender, pois o Hamas enviou mais de 3,1 mil foguetes contra a população israelense, um a cada 3 minutos. E se fosse em Brasília? Os foguetes atingem hospitais, escolas e casas. Eles colocam alvos civis como principal meta. É uma guerra contra civis, com o objetivo de matar civis. Algo que nenhum país democrático pode tolerar.

A população palestina tornou-se refém desse grupo terrorista. Aqui, não temos uma simetria. Temos uma situação inaceitável em qualquer lugar do mundo. Guerra tem que ser entre combatentes, exércitos. Aqui, a reação do Hamas é lançar mísseis e foguetes da Faixa de Gaza, a partir de áreas populosas, colocando o povo palestino em risco. Fabricam, armazenam e lançam mísseis de lugares com muita população. Usam o povo palestino como escudo humano. Isso é crime de guerra.

Estávamos em um momento ótimo, com acordos de paz e expansão das relações diplomáticas e comerciais com muitos países árabes, como os Emirados Árabes, Bahrein, Sudão, Marrocos. Já temos paz com a Jordânia e o Egito. Queremos continuar trilhando um caminho diplomático e de paz para a região.

Chefe do Departamento Político da Embaixada de Israel em Brasília

Antonio Cunha/CB/D.A Press - 18/7/14



ARTIGO

“A violência é uma necessidade de Israel”

» IBRAHIM ALZEBEN

Até quando vai seguir este derramamento de sangue e destruição, colocando em perigo a paz regional e mundial? Lamentavelmente, os atuais governantes de Israel ainda acreditam que a for-

ça bruta e a recusa ao primado do direito internacional podem quebrar a vontade de um povo que almeja liberdade, independência e soberania, reconhecida pela esmagadora maioria da comunidade internacional.

Os crimes cometidos por Israel contra o nosso povo, sua negativa em cumprir as resoluções da ONU e seu desrespeito aos acordos assinados são a razão da explosão da violência na Palestina. Os palestinos sempre

quiseram e almejam a paz! Assinamos acordos, mas Israel tem respondido com o processo de limpeza étnica, com repressão e colonização. É hora de as Nações Unidas e a comunidade internacional agirem para dar fim à ocupação, proverem a proteção do nosso povo e fazerem cessar totalmente o cerco à Faixa de Gaza, destruída quatro vezes em pouco mais de uma década.

Israel sempre se mobilizou para abolar a questão palestina e o povo palesti-

no. É hora de entender que a guerra e a força não anulam um direito histórico. A única saída é a paz. O silêncio acerca dos crimes cometidos só faz encorajar o criminoso a persistir neste caminho. Não existirá paz sem justiça. Esta é a lição que os palestinos aprendem deste processo de violência. Estado Palestino independente já!

Embaixador palestino em Brasília

CHILE

Missão: redigir a Constituição

O Chile fez história, neste fim de semana, ao eleger as 155 pessoas que terão a responsabilidade de redigir a nova Constituição do país — em substituição à Carta Magna escrita em 1980, durante a ditadura do general Augusto Pinochet (1973-1990). Ao todo, 1.278 candidatos participaram da disputa. A escolha teve proposta inclusiva: 17 cadeiras foram reservadas aos povos indígenas. No sábado, primeiro dia de votação, o índice de comparecimento às urnas foi de 20,5%. Mais de 14,9 milhões de chilenos estavam aptos a votar.

As eleições são uma continuação do plebiscito de 25 de outubro de 2020, quando 80% dos chilenos optaram por redigir o texto constitucional. Especialistas veem a Carta Magna da era Pinochet a origem da desigualdade social que deflagrou os imensos protestos a partir de 18 de outubro de 2019. Candi-

dato a constituinte, José Andrés Murillo Urrutia, 46 anos, doutor em filosofia política, preferiu não fazer um prognóstico, ontem à noite. “Eu somente espero que a nova Constituição seja uma boa notícia para o Chile, além de um exemplo de democracia participativa e paritária”, afirmou ao **Correio**.

Também candidato, Jaime Bassa Mercado, 44, advogado professor de direito constitucional, admitiu que a Carta Magna em vigor interfere no desenvolvimento da democracia do país. “A Constituição de 1980 tem como pontos mais importantes a forma com que o Estado exerce o papel político e a configuração dos direitos fundamentais dos cidadãos”, explicou à reportagem. “O atual texto tem sido fiel ao projeto político da ditadura, ao impedir o livre exercício da democracia. A mudança constitucional sempre foi vista

como necessária.” Até o fechamento desta edição, Bassa se consolidava como um dos 155 constituintes, com 12,5% dos votos.

Oficialismo

De acordo com Marcelo Mella, cientista político da Universidad de Santiago de Chile, com base na apuração parcial, os candidatos aliados do presidente Sebastián Piñera não conseguiram um terço dos votos necessários para terem um “certo nível de controle” dos acordos e decisões para a redação da Constituição. “Se a direita não conseguir um terço da Convenção Constitucional, as listas da esquerda e da centro-esquerda terão uma incidência e um poder dentro do órgão constituinte. Isso não era esperado, considerando-se a fragmentação da oposição de

Rodrigo Aranqua/AFP



Mesários apuram os votos para constituintes, prefeitos e governadores, em Santiago

esquerda”, explicou ao **Correio**. “Outro ponto é que o Partido Comunista parecerá obter uma representatividade im-

portante na Convenção Constitucional, rompendo o papel de ator secundário no processo político.